

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 7 n° 67

junho 2022

▶ **ROBSON BRAGA
DE ANDRADE**

Precisamos trabalhar
em todas as prioridades

▶ **MICHEL TEMER**

Novos tempos
exigem novas normas

edição especial

O que o Brasil precisa fazer para avançar no próximo mandato?

CNI elabora 21 documentos temáticos endereçados
aos presidentes com medidas efetivas
para promover o crescimento sustentável



TEM
TENDENCIA
TEM INDÚSTRIA

A INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA, POR MEIO DE MUITA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO, TEM RECONHECIMENTO MUNDIAL E FORTE IMPACTO NA GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA NO BRASIL.

*TEM DESENVOLVIMENTO. TEM INDÚSTRIA.
INDÚSTRIA BRASILEIRA. A FORÇA QUE ESTÁ EM TUDO.*

SESI **SENAI**
PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

Seguindo tradição iniciada em 1994, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta, em anos de eleições gerais, suas propostas acerca de diversos temas aos candidatos à Presidência da República. Por isso, esta edição será especialmente dedicada a expor às leitoras e aos leitores as sugestões da entidade para que o Brasil se desenvolva e prospere nos próximos quatro anos.

Nas palavras do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, o país tem “muitas prioridades” e, nas circunstâncias atuais, não pode focar em apenas uma ou duas. Apesar disso, ele avalia, numa entrevista à revista *Indústria Brasileira*, que há “consensos nacionais” – de que o melhor exemplo talvez seja a urgência de uma reforma tributária ampla, bandeira levantada pelo setor industrial há tempos.

Além disso, as propostas da entidade recomendam o investimento na qualificação e na requalificação de trabalhadores, na educação profissional, na segurança jurídica das normas que regulam o ambiente de negócios, nas concessões à iniciativa privada de projetos de infraestrutura e energia e na Atenção Primária à Saúde da população, entre outras sugestões.

Assunto que merece destaque no próximo quadriênio, a sustentabilidade ambiental das atividades da indústria e dos demais setores da economia é imperiosa. Nossos potenciais

de geração de energia limpa e de redução nas emissões de carbono – hoje subexplorados – devem estar à altura dos desafios que se impõem nessa seara e do papel relevante que o Brasil ocupa em fóruns e organizações internacionais. É preciso, também, destravar o processo de licenciamento ambiental, o que pode e deve ser feito sem perder de vista a preservação dos recursos naturais.

Para além das diretrizes gerais aqui delineadas, esta edição apresenta propostas concretas, como a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, a aplicação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o investimento cinco vezes maior que o atual em infraestrutura de transportes, a defesa da reforma trabalhista aprovada em 2017 e a facilitação do acesso ao sistema de garantias no financiamento a empresas menores.

Por fim, como salienta o ex-presidente Michel Temer em artigo publicado nesta edição, as reformas de que o país tanto necessita devem ocorrer num ambiente de “harmonia, paz e diálogo entre as instituições e com a sociedade”. Só assim o Brasil chegará, ao cabo do próximo mandato presidencial, com o sentimento de dever cumprido.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, proteja-se e proteja as pessoas próximas a você!

▼ Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ [cni brasil](#)
flickr ▶ [cniweb](#)
instagram ▶ [cni br](#)
twitter.com ▶ [cni_br](#)
linkedin ▶ [cni-brasil](#)
youtube ▶ [cniweb](#)

SESI

facebook ▶ [SESI Nacional](#)
youtube ▶ [sesi](#)
linkedin ▶ [sesi-nacional](#)

SENAI

facebook ▶ [senainacional](#)
instagram ▶ [senai_nacional](#)
twitter ▶ [senainacional](#)
youtube ▶ [senabr](#)
linkedin ▶ [senai-nacional](#)

IEL

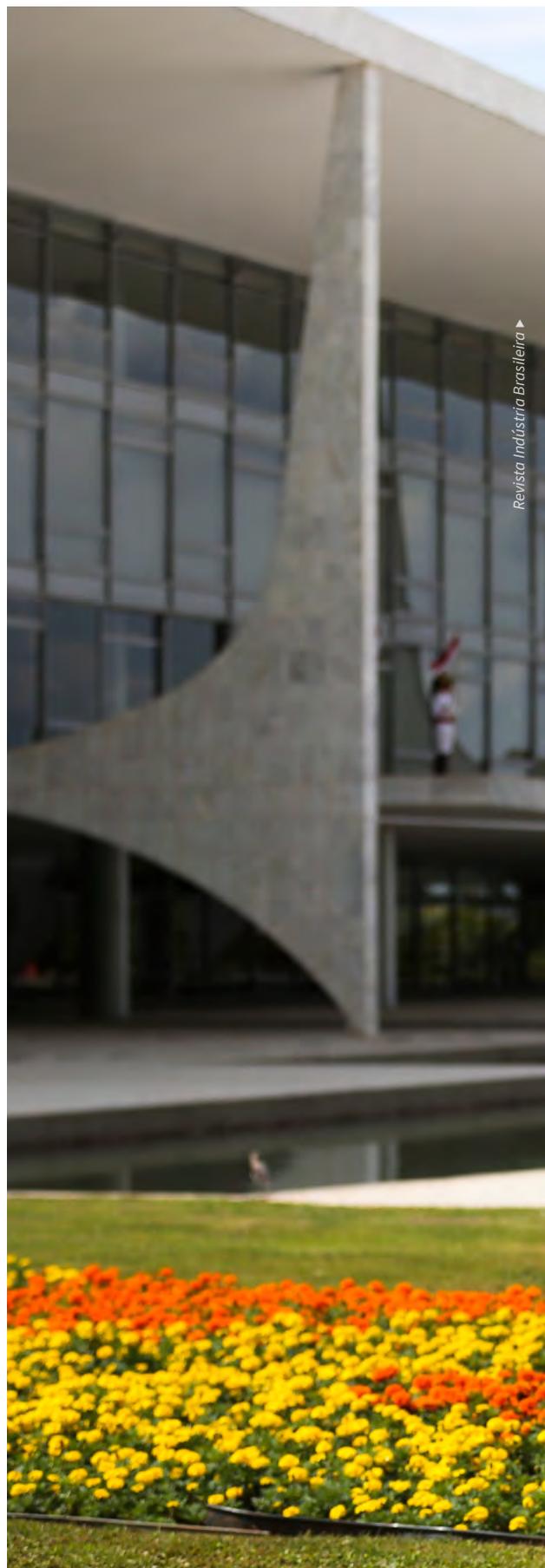
facebook ▶ [IELbr](#)
instagram ▶ [ielbr](#)
twitter ▶ [iel_br](#)
linkedin ▶ [iel-nacional](#)

As propostas da indústria aos presidenciais em 2022

Como faz desde 1994, em anos em que ocorrem eleições presidenciais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou, com a participação de entidades representativas do setor, um conjunto de 21 estudos setoriais, nos quais estão contidas as principais propostas da indústria para o Brasil avançar em diversas áreas. As propostas foram entregues aos pré-candidatos à Presidência da República, com o objetivo de contribuir para os debates que antecedem as eleições.

Os documentos tratam de temas relevantes para a competitividade da indústria brasileira, como política industrial, inovação, comércio exterior, infraestrutura, tributação, relações do trabalho, educação, meio ambiente, segurança jurídica, macroeconomia e eficiência do estado.

As próximas páginas trazem os detalhes dos 21 estudos, que indicam o caminho para que o Brasil retome a trilha do crescimento e do desenvolvimento econômico e social a partir de 2023.



sumário

edição especial n° 67 ▶ junho 2022

6 ENTREVISTA COM O PRESIDENTE

10 REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI defende reforma ampla do consumo e da renda corporativa

14 POLÍTICA INDUSTRIAL

Conheça as propostas da indústria para acelerar o desenvolvimento do setor

16 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Entidade defende a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional

18 SEGURANÇA JURÍDICA

Melhoria do ambiente regulatório é essencial para atrair investimentos

20 INOVAÇÃO

Política de longo prazo levará o Brasil a ser mais competitivo

22 ENERGIA

País paga mais por energia que nações concorrentes

24 TRANSPORTE

Caminho passa por quintuplicar investimentos na infraestrutura do setor

26 ECONOMIA

Responsabilidade fiscal e metas de inflação são a chave para o desenvolvimento sustentado

28 FINANCIAMENTO

Crédito para micro, pequenas e médias empresas precisa ser reformulado

30 EDUCAÇÃO

CNI indica propostas para reduzir desigualdade no acesso ao ensino

34 COMÉRCIO EXTERIOR

Como aumentar as exportações e aprofundar a integração internacional

36 SUSTENTABILIDADE

Economia de baixo carbono e reforma nas regras de licenciamento ambiental são essenciais

40 TRABALHO

CNI defende reforma trabalhista aprovada em 2017

42 EMPREGO

Foco na requalificação e na formação profissional de jovens

44 SAÚDE

Setor precisa de gestão e de novas tecnologias

46 OUTRA VISÃO

Michel Temer, ex-presidente da República, escreve sobre as reformas implementadas no Brasil nos últimos anos



Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI

O Brasil tem muitas prioridades e precisamos trabalhar em todas

“É PRECISO DESTRAVAR O AMBIENTE ECONÔMICO, MELHORAR A VIDA DE QUEM PRODUZ, FAZER COM QUE O PAÍS PARTICIPE DA ECONOMIA GLOBAL E POSSA DAR QUALIDADE DE VIDA A TODOS OS BRASILEIROS.”

Como são construídas as propostas levadas aos candidatos à Presidência? Nós trabalhamos com todas as indústrias, com as 27 federações e com mais de 70 associações setoriais para ter propostas voltadas não apenas ao desenvolvimento industrial, mas ao desenvolvimento do Brasil como um todo, para destravar o ambiente econômico, melhorar a vida de quem produz, de quem gera riqueza e emprego, e fazer com que o país participe da economia global e possa dar qualidade de vida a todos os brasileiros. Esse trabalho é feito a muitas mãos, com pesquisas, estudos de legislações, entraves, burocracia, necessidades de logística, questões tributárias...

Qual é a prioridade da indústria para o Brasil? O Brasil tem muitas prioridades. É difícil elencar apenas uma, mas certamente existem pontos que são indiscutíveis, pontos

que fazem parte de um consenso nacional. Por exemplo, existe a necessidade de uma reforma que reduza a carga tributária, simplifique a legislação, acabe com os contenciosos e facilite a vida de quem está empreendendo. Eu também coloco como uma das prioridades investir em educação. E tem outras questões, como a questão ambiental, das relações internacionais, dos acordos internacionais que o Brasil precisa fazer, as relações entre o mundo do trabalho e o do capital, a saúde, a segurança pública. São muitas propostas, porque o Brasil tem muitas prioridades. Nós precisamos trabalhar em todas, em vez de definir uma ou duas.

O que o Brasil precisa fazer para ocupar um lugar de “potência verde”, de liderança na agenda ambiental? O Brasil tem condições de liderar no mundo a produção de energia verde e a redução nas emissões de

“O Brasil que eu desejo é um Brasil que gere oportunidades para todos. Um Brasil que possa fazer com que os jovens tenham a certeza de que o país oferece possibilidades e qualidade de vida”

gases de efeito estufa, pela nossa riqueza natural, pelas nossas florestas. A indústria daqui é uma das mais responsáveis do mundo e uma das que menos emite gases de efeito estufa. Setores industriais que são, normalmente, emissores desses gases, têm feito um trabalho fantástico de redução – como os setores de cimento, de metalurgia e de siderurgia. Além disso, o Brasil aprovou, em 2021, o marco regulatório do saneamento básico, que vai permitir que empresas privadas reduzam os problemas que a gente tem nessa área. Eu também vejo que o governo está comprometido com o Acordo de Paris e tem feito um trabalho importante nessa direção. Agora, precisamos aprovar uma legislação de licenciamento ambiental eficiente. Não é uma questão – como às vezes se coloca – de abrir o licenciamento ambiental em qualquer possibilidade. É uma questão de agilizar o licenciamento, porque o empresário que tem recursos e quer investir não fica esperando anos para conseguir a licença. Se não tem no Brasil, ele vai investir em outro país.

Como o senhor enxerga a agenda da inovação na indústria? Por meio da CNI (Confederação Nacional da Indústria), do SESI

(Serviço Social da Indústria) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), nós lideramos um fórum, que é a MEI (Mobilização Empresarial para a Inovação), de que participam mais de 400 empresas. Além disso, o SENAI tem investido muito em laboratórios de tecnologia e de inovação. Hoje nós temos a maior rede da América Latina de institutos de inovação: 26 unidades espalhadas pelo Brasil e mais de 60 institutos de tecnologia. Isso é resultado do trabalho dessa mobilização de empresários e de grandes e médias empresas que têm colocado seu tempo, sua inteligência e seu conhecimento a serviço da inovação.

O que o Brasil precisa fazer para não ficar para trás nesta nova “Revolução Industrial”, conhecida como indústria 4.0? A primeira coisa é sensibilizar os empresários e o governo de que a gente precisa investir na indústria 4.0 para que a gente não perca um espaço que já foi conquistado e para que a gente possa conquistar um espaço ainda maior na economia global. Por isso, o SENAI está desenvolvendo um programa com investimento de mais de R\$ 400 milhões nas nossas escolas, nas nossas unidades de formação profissional e nas unidades de apoio para a indústria, com o objetivo de colocar toda a tecnologia da indústria 4.0 à disposição do empresariado brasileiro. Pesquisas da CNI mostram que, até o ano de 2020, a participação de empresas e investimentos voltados para a indústria 4.0 ainda era pequena no Brasil. Depois disso, cresceu muito. As empresas percebem que o caminho para aumentar a produtividade e a competitividade é investir em novas tecnologias, em inovação, de forma que a gente fique com uma indústria que seja “top”, que esteja entre as melhores do mundo.

A infraestrutura brasileira ainda é um grande gargalo para o desenvolvimento do país e a CNI sempre defendeu que fossem feitas parcerias entre o governo e a iniciativa privada nessa área. Por que essa soma

de forças é tão importante? Até alguns anos atrás, a gente colocava a responsabilidade da infraestrutura apenas no poder público. Devido a uma série de fatores, os recursos da União, dos estados e dos municípios para essa área são, em geral, insuficientes. E o caminho para resolver esse gargalo é o da privatização e o das concessões. Existem, no mundo, muitos recursos disponíveis e empresários e grupos dispostos a investir em projetos importantes que dão retorno de longo prazo, como no setor de energia, de rodovias e de ferrovias. Nós precisávamos ter os leilões de privatização e de concessões. Felizmente, eles têm acontecido com muita eficiência e rapidez. Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou

a modelagem para a concessão à iniciativa privada de mais de 20 aeroportos, como o de Congonhas. Isso mostra que nós temos oportunidades fantásticas de atrair recursos. Para os próximos dez, vinte anos, já temos investimentos que somam quase R\$ 1 trilhão. Isso vai gerar emprego, melhorar a infraestrutura brasileira e reduzir o Custo Brasil.

Que Brasil o senhor deseja para as próximas gerações? O Brasil que eu desejo é um Brasil que gere oportunidades para todos. Um Brasil que possa fazer com que os jovens tenham a certeza de que o país oferece possibilidades e qualidade de vida. É nisso que estamos trabalhando e, certamente, vamos chegar lá. ■

▼
“Existem, no mundo, muitos recursos disponíveis e empresários e grupos dispostos a investir em projetos importantes que dão retorno de longo prazo, como no setor de energia, de rodovias e de ferrovias”, diz Robson Braga de Andrade



Reforma tributária: o mais rápido possível

CNI DEFENDE MUDANÇAS NA TRIBUTAÇÃO DO
CONSUMO E DA RENDA CORPORATIVA

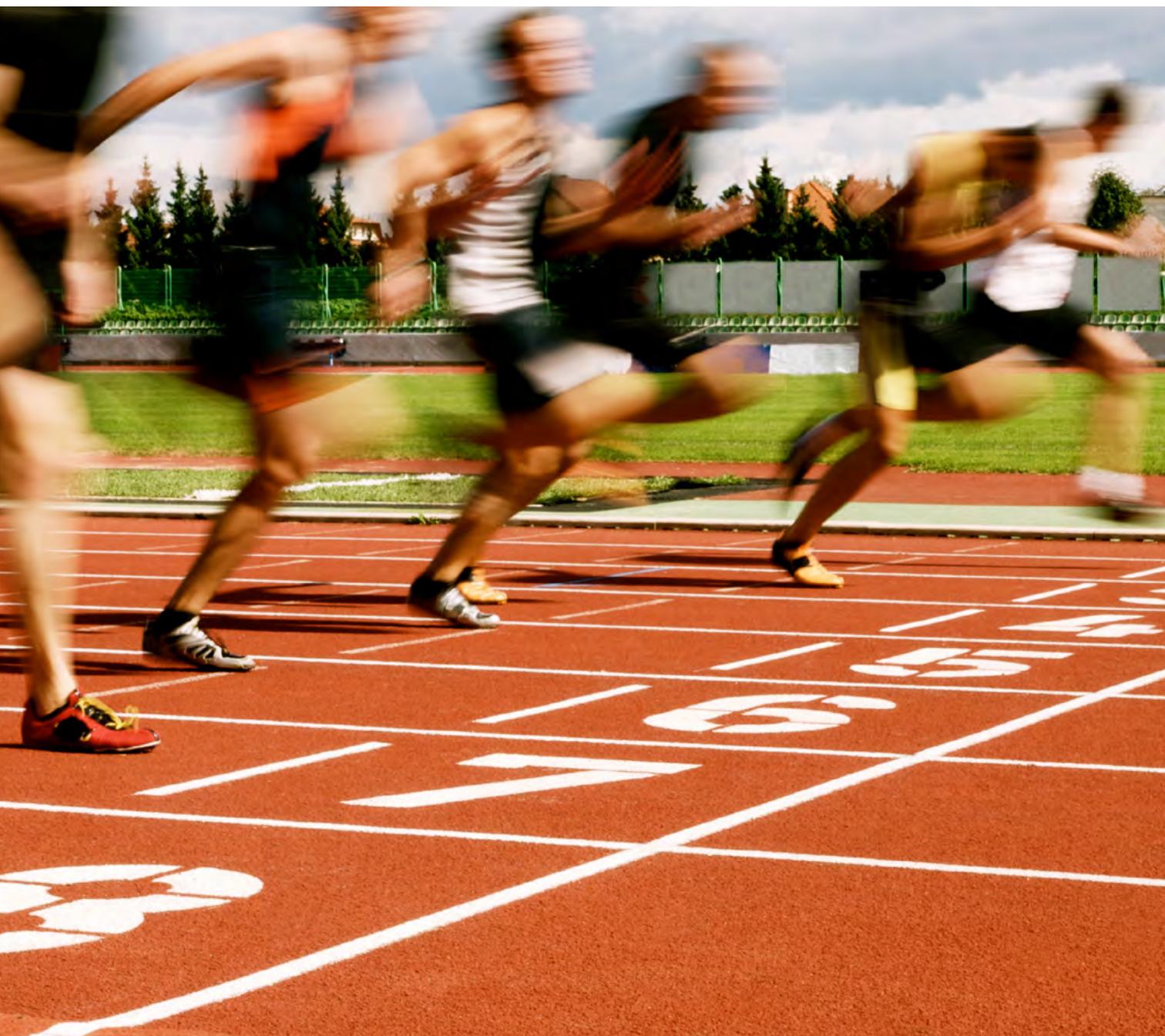
As reformas na área de tributação sobre consumo e renda corporativa devem ter como objetivo eliminar distorções, incentivar a produtividade, melhorar a competitividade e buscar maior eficiência na atração e na alocação de recursos para a economia brasileira. Essa é a conclusão de dois estudos elaborados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que foram entregues aos candidatos à Presidência da República em 2022.

Entre 2009 e 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil teve crescimento médio de apenas 0,9% ao ano, enquanto o restante do mundo cresceu, em média, 2,8% no mesmo período. Nos últimos 11 anos, antes mesmo da crise provocada pela pandemia de Covid-19, o país já não conseguia crescer de forma expressiva, reflexo, principalmente, da dificuldade que as empresas brasileiras têm de competir, segundo o estudo *Reforma e tributação do consumo: competitividade e promoção do crescimento*.

Com o objetivo de estimular o crescimento econômico, a CNI propõe a substituição dos principais tributos incidentes sobre o consumo (PIS, Cofins, ICMS, ISS, IPI e IOF) por um modelo baseado no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com possibilidade de ser dual (um federal e outro subnacional), o que está em sintonia com o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, em discussão no Senado Federal. A principal vantagem do IVA em relação a outros tributos é que, além de ser eficiente do ponto de vista arrecadatório, ele não cria distorções econômicas.



▼
Com obrigações tributárias muito acima da média dos países da OCDE, as empresas brasileiras não conseguem competir no mercado internacional



Além disso, o Brasil precisa aperfeiçoar suas regras de tributação da renda das pessoas jurídicas para, num ambiente internacional de competitividade acirrada, atrair mais investimentos e aumentar sua presença em Cadeias Globais de Valor (CGVs), viabilizando, assim, crescimento econômico e ganhos de bem-estar para os brasileiros, conforme conclusão do estudo *Tributação da renda corporativa: convergência aos padrões internacionais*.

Entre as recomendações do documento estão: a redução da alíquota nominal de tributação de pessoas jurídicas (IRPJ e CSLL), para patamar abaixo da média (23%) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); a eliminação do limite de 30% para compensar prejuízos fiscais; e o aprimoramento das regras de depreciação de dispêndios de capital (CAPEX) e do instrumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Outra medida citada é o incentivo à inovação tecnológica, desonerando a renda do produto



► Segundo José Velloso Dias Cardoso (Abimaq), o sistema tributário atual é “muito confuso”

da inovação e aperfeiçoando a regra atual de estímulo a esse tipo de investimento.

Mário Sérgio Telles, gerente-executivo de Economia da CNI, afirma que essas duas reformas – da tributação do consumo e do imposto de renda – “são fundamentais do ponto de vista do ganho de competitividade na nossa concorrência com os produtos feitos em outros países, seja na importação, seja na exportação”. Além disso, complementa ele, “as reformas terão o efeito de melhorar a produtividade da nossa economia e a alocação eficiente de recursos. Tudo isso gerando a aceleração do crescimento econômico”.

Conforme o estudo acerca do modelo de tributação sobre o consumo, as deficiências do atual sistema tributário e os prejuízos à economia brasileira, em especial à indústria, deixam claro que é preciso modernizar, com urgência, as regras atuais por meio de uma reforma ampla. Para a CNI, as alíquotas do IVA-Federal e do IVA-Subnacional devem ser uniformes no local onde os bens e serviços serão consumidos. Ou seja, em cada município do Brasil, todos os bens e serviços estarão sujeitos à mesma alíquota.

Na avaliação de José Velloso Dias Cardoso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a adoção do IVA, apenas pela mudança do sistema, levará a um ganho expressivo no PIB. “O fato de simplificar diminui o custo de conformidade das empresas. Quando você diminui o custo de conformidade, aumenta o dinheiro no caixa delas”, explica. Com isso, continua ele, “as empresas vão crescer, investir e contratar mais”. A mudança, afirma, também reduzirá incertezas jurídicas, uma vez que o sistema atual é “muito confuso”.

Romero J. S. Tavares, sócio da PwC e professor de direito tributário internacional, destaca que, no caso das mudanças na tributação sobre renda corporativa, a primeira vantagem seria aumentar a capacidade

do Brasil de atrair investimento estrangeiro direto. Nossa tributação é de 34%, acima da média, de 23%, dos países da OCDE. “Essa sobrecarga faz com que o Brasil perca atratividade para receber investimento no setor industrial”, comenta. Assim, é necessário “redesenhar a forma como o país tributa a renda das empresas e pensar nesse novo sistema como um todo”. “Não precisamos reinventar a roda, basta seguirmos os padrões internacionais”, resume.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), Fernando Pimentel, lembra que a “disfuncionalidade do sistema tributário brasileiro também gera um enorme passivo fiscal”. “As propostas da indústria vão na direção da desburocratização, de ter os créditos perfeitamente reconhecidos, de eliminar cumulatividade e, com isso, aumentar a competitividade e estimular investimentos”, avalia. ■



◀
“As reformas terão o efeito de melhorar a produtividade da nossa economia e a alocação eficiente de recursos”, diz Mário Sérgio Telles (CNI)

A modernização do sistema tributário deve:

- 1. Substituir os atuais tributos incidentes sobre consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI) por dois tributos sobre valor agregado (um federal e outro estadual/municipal)**
- 2. Estabelecer período de transição entre o sistema de tributação de consumo atual e o novo**
- 3. Não aumentar a carga tributária global**
- 4. Criar fundos de desenvolvimento regional**
- 5. Garantir a manutenção do tratamento tributário favorecido à Zona Franca de Manaus e às micro e pequenas empresas**



Fonte: CNI

Construindo a indústria do futuro

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO FOMENTO INDUSTRIAL DEVE CRESCER APÓS PANDEMIA

As políticas industriais de sucesso no século 21 são as que aproveitam o potencial das empresas de elevar a produtividade e de fomentar a inovação. Países como Estados Unidos, Coreia do Sul e China, além da União Europeia, adotaram princípios que devem ser seguidos pelo Brasil, a fim de aprimorar

programas e consolidar uma estratégia nacional de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. O caminho para implementar essas diretrizes no país é apontado no estudo “*Política industrial: construindo a indústria do futuro*”, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para que a estratégia tenha sucesso, recomenda-se que ela seja patrocinada pelo governo federal, contemple mecanismos para avaliar os impactos e atenda às necessidades da população. Conforme o estudo, ao final da pandemia, prevê-se que a economia mundial será mais protecionista, com maior participação do Estado no fomento industrial e na promoção de ciência, tecnologia e inovação. Nesse contexto, a competição global, nos próximos anos, será condicionada por um cenário bastante distinto daquele do começo do século 21.

A retomada dos grandes planos nacionais de incentivo ao setor produtivo deflagrada pela pandemia, segundo o estudo, acelerou a adoção de novas tecnologias – com esforços de sustentabilidade –, induziu uma maior preocupação com a resiliência das cadeias produtivas e redefiniu o papel do aporte público em infraestrutura dentro da política industrial. Samantha Cunha, gerente



► A gerente de Política Industrial da CNI, Samantha Cunha, diz que a indústria 4.0 e as novas tecnologias impactam toda a economia

de Política Industrial da CNI, diz que, nesse contexto, é necessário aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos setores público e privado.

“Com a indústria 4.0 e as novas tecnologias, toda a economia é afetada, e não só a indústria. A economia de baixo carbono, ou de transição energética, e a adoção das práticas sustentáveis que reduzem impactos ambientais, que ganharam relevância nos últimos anos, são os principais determinantes para construir a indústria do futuro”, afirma.

Nas iniciativas adotadas nas principais economias mundiais, o governo coordena, financia e impulsiona o setor privado para desenvolver e adotar novas tecnologias, com ganhos de produtividade que garantam a competitividade das empresas locais.

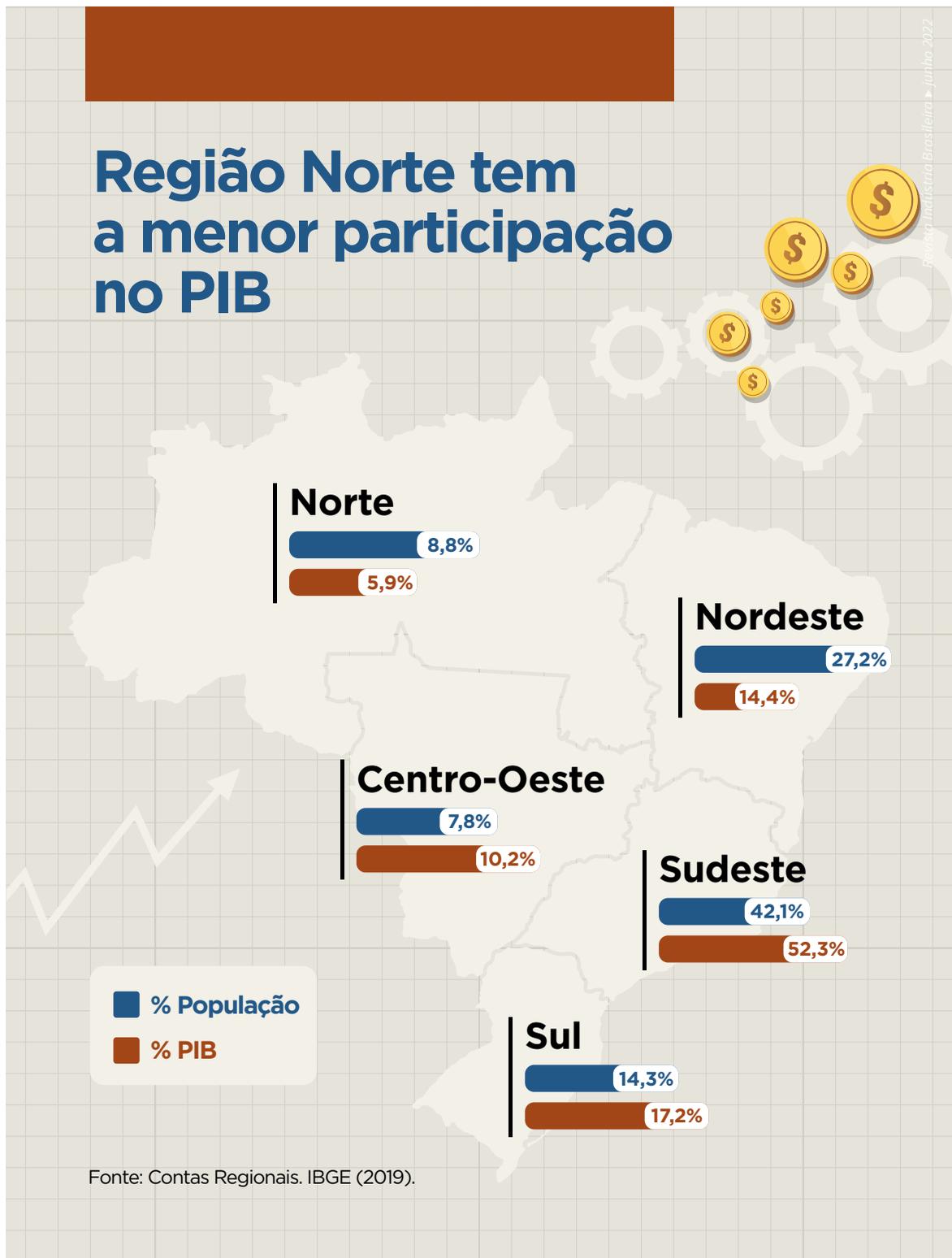
Nas últimas décadas, a indústria brasileira teve dificuldades para enfrentar o aumento da concorrência asiática e a mudança para o paradigma digital de produção. A participação do país na produção mundial da indústria de transformação está em queda desde 2009, e em 2020 ficou em 1,32%. Com isso, o Brasil foi ultrapassado pela Rússia e caiu para a 14ª posição no ranking dos maiores produtores do setor, segundo o estudo *Desempenho da indústria no mundo*, da CNI. ■

Algumas diretrizes para a elaboração de uma política industrial moderna

- Criar estratégia nacional unificada de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, alinhada à política de comércio exterior;
- Garantir o compromisso político, por parte do governo federal, para a elaboração e execução das políticas industriais;
- Elaborar políticas em consonância com as melhores práticas internacionais;
- Elevar o esforço em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; e adequar o sistema educacional e de formação de mão de obra.

Fonte: CNI

Região Norte tem a menor participação no PIB



Desigualdades regionais precisam ser enfrentadas

TRIBUTAÇÃO E INCENTIVOS FISCAIS SÃO INSTRUMENTOS EFICAZES PARA TRAZER MAIOR EQUILÍBRIO

O desenvolvimento regional é crucial para acelerar o crescimento econômico do Brasil. As desigualdades entre as regiões travam avanços significativos na economia nacional, conforme o estudo *Desenvolvimento Regional: crescimento para todos*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o documento, as especificidades locais que, muitas vezes, são raízes de desequilíbrios regionais, podem e devem ser transformadas em oportunidades.

Segundo o estudo, é necessário conferir caráter sistêmico à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) II. As diretrizes da PNDR II devem ser, acima de tudo, uma política nacional de Estado, capaz de articular e dar consistência às iniciativas regionais e territoriais, gerando integração nacional. Para essa tarefa, seus instrumentos devem ser aprimorados, com destaque para as agendas tributária e de financiamento. Também é importante fornecer às regiões menos desenvolvidas condições para reduzir a percepção de risco e aumentar as taxas de retorno.

O crescimento do mercado regional induz a instalação de novas empresas em áreas menos desenvolvidas, fazendo com que o potencial e a diversidade sejam aproveitados.

Segundo o estudo da CNI, três aspectos precisam ser observados para reduzir as disparidades regionais de forma equilibrada e sustentável: orientação estratégica;

mecanismos de articulação e coordenação legítimos e estruturados, capazes de assegurar a sinergia e a complementaridade de programas e projetos; e o fortalecimento da governança local.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as Regiões Sudeste e Sul responderam, em 2019, por 69,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O número demonstra a elevada concentração geográfica da geração de riquezas no Brasil, pois as duas regiões ocupam apenas 17,5% do território nacional, embora abriguem 56,3% da população do Brasil. No mesmo ano, a Região Sudeste gerou 52,3% da atividade econômica do país, e o estado de São Paulo, sozinho, foi responsável por 31,1% de toda a produção do país.

Para resolver o problema, o estudo indica uma reforma ampla na tributação sobre o consumo – com a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional – e a manutenção do tratamento fiscal favorecido da Zona Franca de Manaus, no Amazonas. Outra sugestão é a renovação do prazo dos incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e o reinvestimento em projetos no âmbito da Sudam e Sudene. Uma terceira medida propõe aumentar a efetividade dos mecanismos de financiamento que fomentem o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. ■

▼ Edição Especial

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

► Um ambiente normativo de qualidade gera segurança jurídica para que as empresas produzam com tranquilidade e menos custos

Revista Indústria-Brasil | Junho 2023

Segurança jurídica e melhor regulação

SIMPLIFICAR NORMAS AJUDA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA E REDUZ O CUSTO BRASIL, ESTIMADO EM R\$ 1,5 TRILHÃO ANUAIS

O caminho para o desenvolvimento do Brasil também passa pela qualidade regulatória e a segurança jurídica, que impactam diretamente a atividade econômica. A alta complexidade do atual ambiente regulatório gera custos e cria condições adversas para a competitividade das empresas. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), estima-se que, desde a Constituição de 1988, mais de 6 milhões de atos normativos

tenham sido editados. Esse emaranhado de regulações compõe o chamado Custo Brasil, estimado pelo Ministério da Economia em R\$ 1,5 trilhão ao ano.

O gerente-executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da CNI, Pablo Cesário, afirma que a solução é melhorar a qualidade da regulação. Segundo ele, esse aperfeiçoamento está diretamente relacionado à segurança jurídica. “Regras claras, criadas

a partir de processos transparentes e participativos, contribuem com um ambiente de negócios estável e previsível. Além disso, aumentam a clareza quanto a direitos e deveres e reduzem os riscos operacionais para as empresas, gerando incentivos a novos investimentos”, afirma.

Cesário lembra que, nos últimos anos, foram realizados avanços relevantes com a criação do *Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação* (PRO-REG), do governo federal. “Hoje, contamos com um arcabouço normativo que orienta a adoção de boas práticas regulatórias. A Lei das Agências Reguladoras e o Decreto nº 10.411/2020 normatizam a aplicação de práticas recomendadas para regulação do mercado”, avalia o executivo.

São exemplos dessas práticas autonomia do regulador, transparência das discussões, participação e controle social, proporcionalidade das normas e processos decisórios estruturados. No entanto, observa Cesário, a adoção de boas práticas regulatórias ainda é muito incipiente. Agências reguladoras e alguns ministérios têm núcleos de boas práticas, mas a maioria dos órgãos federais nem sequer publica agendas regulatórias ou adota processos participativos e de controle social. Nos estados e municípios, a situação é ainda pior.

“É preciso avançar no sentido de termos uma clara diretriz de qualidade regulatória que conte com o apoio político para, efetivamente, mudar a forma como o Estado regulamenta e fiscaliza as atividades econômicas”, defende o gerente-executivo da CNI. Ele argumenta que é preciso desenvolver processos, sistemas, ferramentas e métodos para aprimorar nossas regulamentações.

“A qualidade regulatória deve ser um tema transversal, presente nas agendas de todos os órgãos reguladores federais, estaduais e municipais. O Brasil merece um ambiente de negócios compatível com o tamanho de sua economia e que possibilite a geração de emprego e renda”, opina. ■

Alguns itens regulatórios do Custo Brasil

Costo global (aproximado)



Abrir um negócio

R\$ 15 bilhões



Atuar em ambiente jurídico-regulatório eficaz

R\$ 200 bilhões



Honrar tributos

R\$ 280 bilhões



Acessar serviços públicos

R\$ 50 bilhões



Competir e ser desafiado de forma justa

R\$ 100 bilhões



Retomar ou encerrar o negócio

R\$ 20 bilhões

Fonte: Ministério da Economia



◀ Pablo Cesário (CNI) diz que regras claras contribuem com um ambiente de negócios estável e previsível, reduzem riscos e geram incentivos a novos investimentos

A inovação é mola do desenvolvimento

CRIAR UMA POLÍTICA DE LONGO PRAZO PARA FOMENTO DA INOVAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA TORNAR AS EMPRESAS MAIS COMPETITIVAS



► Para fortalecer a inovação no Brasil, CNI defende aprimoramento da Lei do Bem e a aplicação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

Há mais de duas décadas, no simbólico ano 2000, o Brasil investia 1% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), enquanto a Coreia do Sul aportava 2% e a China, menos de 1%. Em 2019, o Brasil continuava investindo 1%, mas na China o percentual foi de 2,5% e na Coreia do Sul superou os 4,5%.

“Os países da OCDE investem acima de 2% do PIB em P&D. Israel, por exemplo, emprega quase 5%. Toda a sociedade, o governo, o setor empresarial e a academia devem priorizar as aplicações em pesquisa e desenvolvimento para que essa área seja, de fato, o grande vetor para impulsionar o crescimento do país”, afirma Gianna Sagazio, diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para vencer os desafios impostos pelas novas tecnologias e reduzir o atraso nessa área, o Brasil precisará intensificar a modernização da indústria, assim como acelerar o desenvolvimento da infraestrutura. Um dos caminhos que a Confederação defende é o aprimoramento da Lei do Bem e a aplicação integral dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), maior fonte de financiamento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) do país.

Também é necessário garantir recursos para projetos relevantes, estimulando parcerias público-privadas, e formar profissionais alinhados às novas tendências tecnológicas, às exigências de mercado e aos desafios da nova realidade da indústria 4.0, segundo o documento *Inovação: motor do crescimento*, entregue aos candidatos à Presidência.

Além disso, diz o estudo, é preciso promover a inclusão social e a sustentabilidade, que exercem papéis importantes como motores para a inovação. Segundo Gianna,

organizações que valorizam a diversidade e a inclusão social podem multiplicar o potencial de inovação e crescimento, o que não tem acontecido quando são analisadas as posições do país em rankings internacionais.

Em 2011, o Brasil ocupava a 47ª posição na classificação do *Global Innovation Index*, índice que mede a capacidade e sucesso em inovação. Caiu para a 70ª em 2015 e, em 2021, subiu para a 57ª posição.

“O Brasil é, hoje, a 13ª maior economia do mundo e, por isso, deveria estar, no mínimo, entre os 20 países mais inovadores. Existe uma correlação entre a capacidade de um país ser inovador com desenvolvimento, crescimento, geração de empregos e qualidade de vida para a população” finaliza Gianna Sagazio. ■



◀ Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI, afirma que existe correlação entre a capacidade de um país de ser inovador e a qualidade de vida para a população

Energia para o Brasil

PAÍS PAGA MAIS POR ENERGIA QUE NAÇÕES CONCORRENTES, UMA CONTA QUE AFETA ESPECIALMENTE AS INDÚSTRIAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTES

A indústria nacional paga uma conta de energia mais cara que seis dos sete principais exportadores para o Brasil, segundo levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O valor das tarifas brasileiras é menor apenas que o da Itália, ficando à frente de Japão, Alemanha, França, China, Coreia do Sul e Estados Unidos, onde o preço é 58% inferior ao do mercado regulado brasileiro. Os dados fazem parte do estudo *Energia: combustível do crescimento*.

O gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, afirma que a indústria é o setor da economia mais sensível ao preço da energia. “A competitividade da indústria brasileira tem sido comprometida pelo elevado custo dos insumos energéticos. A comparação dos preços com os praticados nos países concorrentes mostra que os custos do gás natural e da energia elétrica

no mercado regulado estão muito elevados”, pontua. “Está claro que as indústrias de menor porte no país, que compram energia no mercado cativo, apresentam o maior problema de competitividade. Esse cenário precisa ser revertido”, acrescenta Cardoso.

No Brasil, os grandes consumidores industriais migraram para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) de energia elétrica, em busca de preços menores. No entanto, a grande maioria das indústrias – que são as de pequeno e médio portes – continua no mercado regulado, no qual a tarifa é mais cara. Segundo os dados, o mercado livre tem preços 62% mais baratos, em média, que os do mercado regulado brasileiro.

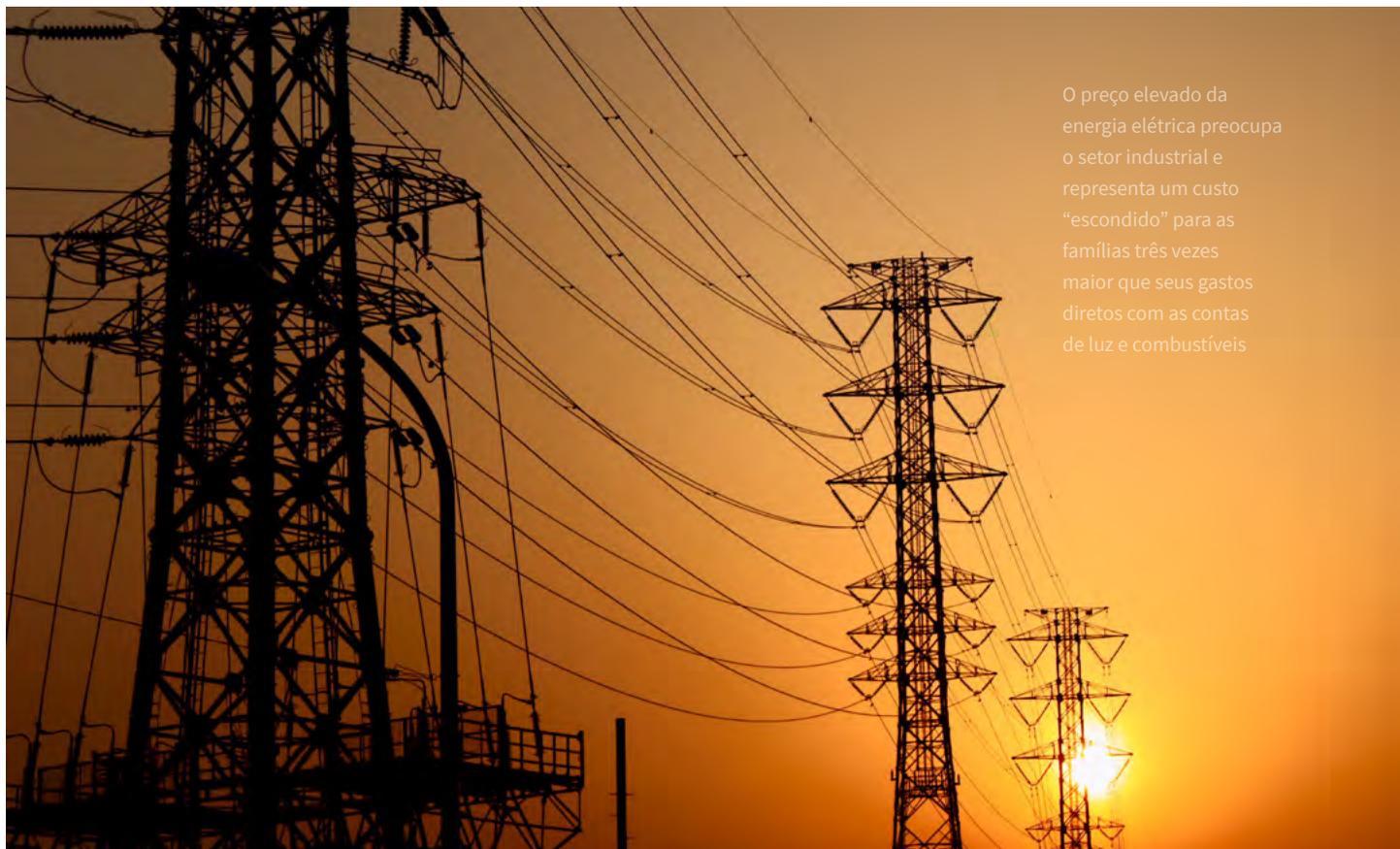
Para efeito de comparação, em 2019, enquanto quem comprou energia elétrica no mercado regulado pagou a segunda tarifa mais elevada entre os países analisados, a indústria de grande porte que comprou eletricidade no mercado livre brasileiro pagou a segunda tarifa mais baixa.

O custo da energia “escondido” no valor dos produtos brasileiros pesa até três vezes mais para as famílias do que seus gastos diretos com conta de luz e combustíveis. “Retomar o potencial competitivo e renovável da energia é a melhor alternativa para o país, o que vai gerar aumento da renda das famílias, redução da inflação e promoção do investimento e do emprego”, afirma Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE).

O estudo da CNI aponta, ainda, que uma das principais razões para a discrepância dos preços finais da energia elétrica é a carga tributária. Os encargos e as taxas setoriais incorporadas à conta de luz têm impacto anual de R\$ 34 bilhões. ■



► “A competitividade da indústria brasileira tem sido comprometida pelo elevado custo dos insumos energéticos”, avalia Wagner Cardoso (CNI)



O preço elevado da energia elétrica preocupa o setor industrial e representa um custo “escondido” para as famílias três vezes maior que seus gastos diretos com as contas de luz e combustíveis

Comparação do preço da eletricidade em 2019 para o consumidor industrial, incluindo tributos, dos maiores exportadores para o Brasil (em US\$/MWh)

Obs.: Tabela elaborada considerando os países selecionados e a disponibilidade de dados



País	Preço
Itália	185,10
Brasil	165,27
Japão	164,30
Alemanha	146,02
França	117,83
China	97,95
Coreia do Sul	94,83
Estados Unidos	68,30

Fonte: Elaborado pela CNI a partir de dados da ANEEL (2021), CEIC (2021), DCIDE, IEA (2021) e PSR.

Distâncias mais curtas

TEMOS DE MULTIPLICAR OS INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES POR TRÊS DURANTE 20 ANOS PARA ELIMINAR GARGALOS LOGÍSTICOS

► Setor rodoviário representa 86% dos transportes no país; em 2019, o Brasil ficou na 85ª colocação, entre 144 países, em qualidade da infraestrutura de transporte



O investimento em transportes no Brasil precisa ser multiplicado pelo menos três vezes para eliminar os gargalos que impedem o país de ser competitivo e ter uma logística adequada para o escoamento interno de cargas, bem como para as exportações e importações.

Segundo o estudo *Transportes: abrindo novos caminhos*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para ser entregue aos presidentes de 2022, o país precisa elevar os aportes em infraestrutura de transportes, que são estimados hoje em 0,65% do Produto Interno Bruto (PIB).

O patamar ideal para modernizar a logística de transporte seria de 2% do PIB.

“Uma das consequências do volume insuficiente de investimentos no Brasil é a qualidade ruim da nossa infraestrutura de transportes. A baixa oferta de serviços logísticos e os gargalos encontrados nas nossas rodovias, ferrovias, portos e aeroportos são, em conjunto, um dos principais componentes do Custo Brasil, que tanto atrapalha a competitividade do setor produtivo brasileiro”, afirma o gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso.

O estudo revela que o Brasil destina um percentual de investimento em relação ao PIB na área de transportes menor que o de países vizinhos, como a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O trabalho mostra, ainda, que o país está apenas na 85ª colocação em uma relação de 144 países em qualidade de infraestrutura de transporte, conforme dados do *The Global Competitiveness Report 2019*. A principal característica da matriz brasileira é a alta participação do transporte rodoviário, que corresponde a 86% da atividade, excluindo a movimentação de minérios e combustíveis.

O estudo da CNI estima que o setor produtivo enfrentará uma série de restrições físicas e logísticas ao crescimento quando o país passar por um novo ciclo de expansão da economia, o que impactará diretamente a competitividade.

Nossos custos logísticos são bastante superiores à média praticada no mercado global, o que penaliza o setor produtivo nacional na disputa com seus competidores mundiais. Para reverter o cenário, a CNI indica a necessidade de um planejamento de longo prazo e a redução de burocracia e dos entraves ao investimento privado.

O economista Cláudio Frischtak, da consultoria Inter.B, afirma que esses investimentos são necessários também para melhorar a mobilidade urbana. “Nós temos uma crise que tem um impacto direto no bem-estar das pessoas, mas também na produtividade dos indivíduos. As pessoas chegam atrasadas, cansadas nos seus locais de trabalho. E, depois do expediente, chegam em casa exaustas”, descreve.

Luís Baldez, presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (Anut), destaca que “o transporte é indissociável da atividade econômica” e, por isso, é necessário elevar investimentos públicos e aumentar as parcerias com o setor privado. ■

Ranking do Índice Global de Competitividade para a Qualidade da Infraestrutura e de Serviços de Transporte

(países e indicadores selecionados em 2019)



País



Infraestrutura de transporte

Cingapura	1
Holanda	2
Hong Kong	3
Japão	4
Coreia do Sul	5
França	10
Estados Unidos	12
China	24
Argentina	78
Brasil	85



Fonte: Elaboração CNI com dados do relatório “The Global Competitiveness Report 2019”, produzido com base em questionários aos empresários de cada país sobre a qualidade de diferentes indicadores.

O ambiente certo para crescer

DESENVOLVIMENTO DO PAÍS PASSA PELA RESPONSABILIDADE FISCAL E PELA MANUTENÇÃO DAS METAS DE INFLAÇÃO E DO CÂMBIO FLUTUANTE

A construção de um ambiente macroeconômico favorável aos negócios passa, além de medidas para aumentar a produtividade e reduzir o Custo Brasil, pela manutenção e pelo fortalecimento dos instrumentos que visam à estabilidade das contas públicas.

Para alcançar esse objetivo, o documento *Estabilidade macroeconômica: essencial para o investimento*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que é preciso manter o regime de metas de inflação, o mercado de câmbio flutuante e as regras fiscais com foco na redução do endividamento público e no equilíbrio fiscal.

O principal problema da economia brasileira, segundo o documento, é o baixo crescimento. Com o desenvolvimento a passos lentos, fica difícil reduzir o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e garantir condições dignas de vida para esse estrato da população.

Entretanto, o fraco desempenho econômico do Brasil não é um fenômeno recente. Entre 1980 e 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* brasileiro cresceu, em média, apenas 0,93% ao ano. Quando comparado ao de outros países, esse desempenho pequeno fica ainda mais explícito.

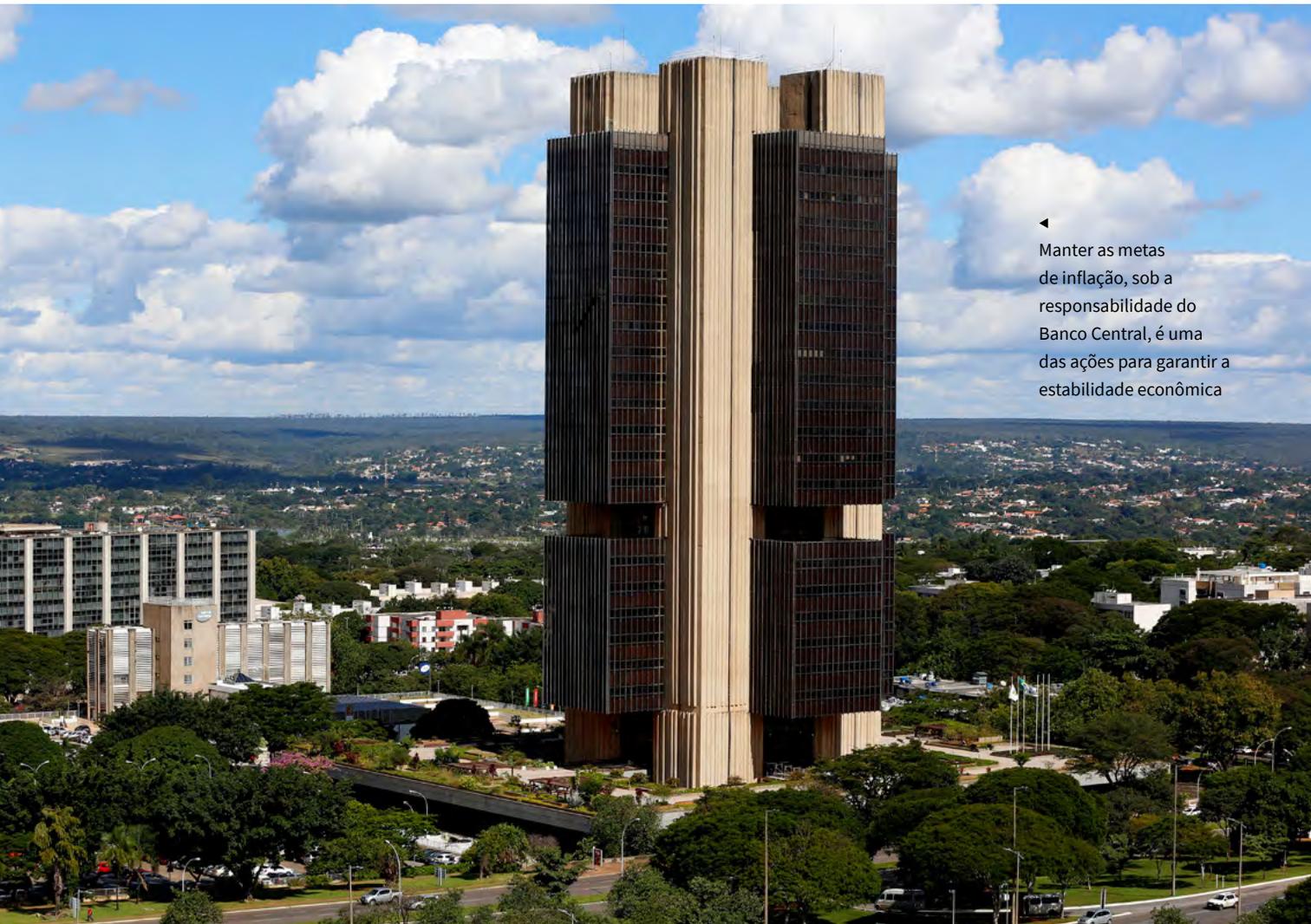
Entre 1980 e 2019, por exemplo, o crescimento do PIB *per capita* acumulado da economia brasileira foi de apenas 34%. Em outros países da América Latina foi de 74%, e, nos Estados Unidos, de 95%. No mesmo período, o crescimento do conjunto de países do Sudeste Asiático ficou em 342%.

Para a recuperação do crescimento econômico do Brasil, o estudo da CNI indica que é essencial promover condições que permitam a elevação expressiva da taxa de investimento, principalmente em inovação. Em relação à política macroeconômica, a entidade reforça a importância da estabilidade de preços.

Ter fundamentos macroeconômicos sólidos, conforme o documento, reduz incertezas sobre o futuro e gera confiança para o investidor. Assim, segundo a CNI, a busca pelo equilíbrio fiscal deve ser uma das prioridades do governo federal.

José Velloso Dias Cardoso, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), analisa que o grande erro do Brasil é ter gastos geradores de recorrentes déficits primários – que ocorrem quando o país não consegue arrecadar recursos de modo a superar seus gastos durante determinado período. “A falta de equilíbrio fiscal gera juros altos, que, por sua vez, inibem os investimentos”, lembra Cardoso.

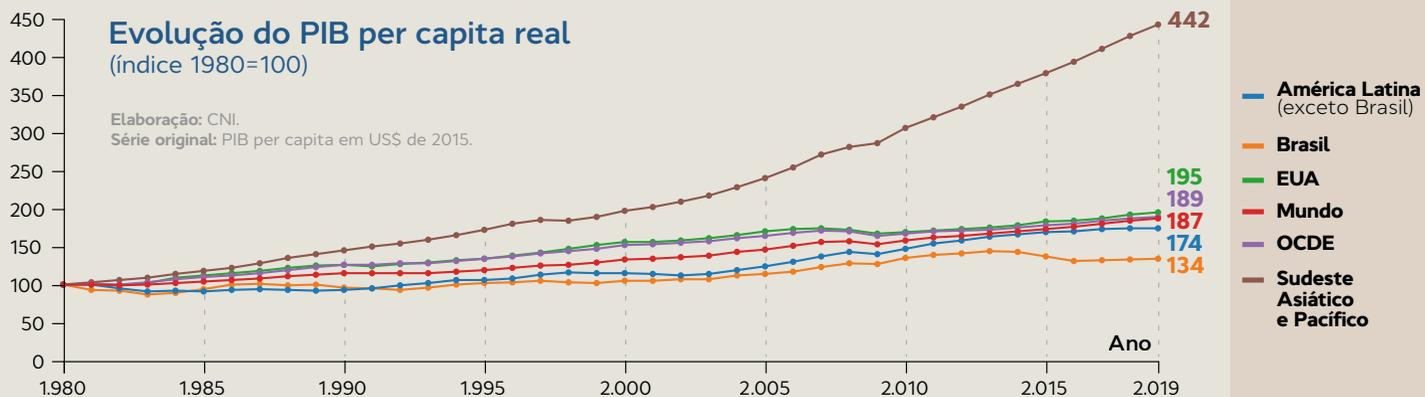
Ao mesmo tempo, de acordo com o estudo da CNI, será preciso reduzir a rigidez orçamentária, abrindo espaço para que o governo federal possa realizar mais investimentos. Entre as regras que devem ser preservadas e fortalecidas, segundo a entidade, estão o teto de gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que contribuem para coibir gastos excessivos por parte do poder público. ■



◀ Manter as metas de inflação, sob a responsabilidade do Banco Central, é uma das ações para garantir a estabilidade econômica

Evolução do PIB per capita real (índice 1980=100)

Elaboração: CNI.
Série original: PIB per capita em US\$ de 2015.



Fonte: World Bank Databank (<https://databank.worldbank.org/home.aspx>).

Mercado de crédito penaliza pequenos

ESTUDO DA CNI MOSTRA COMO MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PODEM SUPERAR AS DIFICULDADES PARA CONSEGUIR FINANCIAMENTO

Três pilares podem impulsionar o acesso a financiamentos no Brasil, principalmente para pequenas e médias empresas industriais: a redução de custo e facilitação de acesso do crédito bancário; o aprimoramento dos empréstimos fora dos bancos; e o aperfeiçoamento das políticas de crédito público ou incentivado.

Conforme o estudo *Financiamento: base do crescimento*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as empresas brasileiras enfrentam dificuldades para conseguir financiamento, seja pelo custo alto ou pela disponibilidade de recursos. Segundo o Banco Central (BC), em dezembro de 2020, as grandes empresas detinham 58% do volume das carteiras de crédito de instituições financeiras. Já as empresas de médio porte tinham 24%, sendo os 18% restantes dedicados às micro e pequenas.

Dados do BC e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mostram que, em 2020, a diferença entre a taxa média de juros para financiamento às microempresas apresentava uma diferença de 31,9 pontos percentuais em relação à das grandes. Custava para as micro, em média, 38,4%, enquanto o valor era de 6,5% para as grandes. No mesmo período, comparando pequenas e grandes empresas, a diferença fica em 22,1 pontos percentuais, desfavorável às pequenas.

“Devido a assimetrias de informação e à menor capacidade de prover garantias, essas empresas enfrentam maiores dificuldades quando buscam capital de terceiros para financiar suas atividades. É fundamental identificar onde estão os principais gargalos e propor medidas para superá-los, de forma a ampliar o financiamento, necessário para o crescimento econômico do Brasil”, explica Mário Sérgio Telles, gerente-executivo de Economia da CNI.

Entre as medidas propostas no estudo estão a redução da assimetria de informação, a facilitação do acesso ao sistema de garantias, a redução dos custos tributários e administrativos sobre a intermediação financeira, o estímulo à concorrência entre as instituições financeiras e o aumento da segurança jurídica dos contratos de financiamento. Para ampliar o financiamento não bancário, a CNI propõe atualizar e aprimorar a regulação com simplificação de normas e procedimentos.

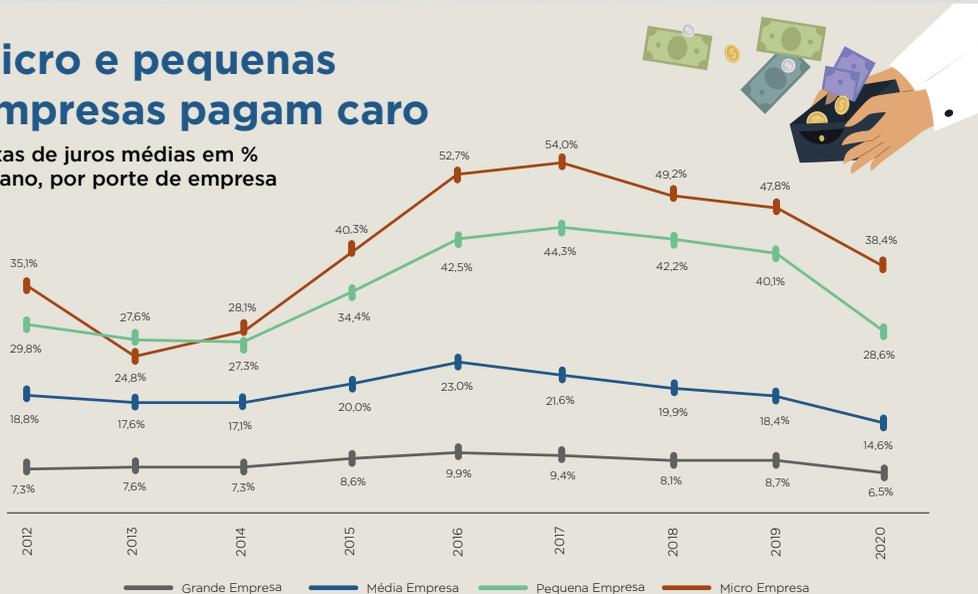
Ainda de acordo com o estudo, as políticas públicas de apoio ao crédito precisam ser melhoradas. Isso pode ser feito por meio da manutenção e ampliação de concessão de garantias voltadas para as pequenas e médias empresas. A CNI também sugere intensificar programas de educação financeira, aperfeiçoar a governança, aumentar a segurança jurídica do sistema de apoio oficial às exportações e promover o financiamento à inovação. ■



◀ Estudo da CNI aponta necessidade da redução de custo e facilitação de acesso ao crédito para empresas de menor porte

Micro e pequenas empresas pagam caro

Taxas de juros médias em % ao ano, por porte de empresa



▼
Torneios de robótica do SESI são um exemplo da capacidade da instituição de organizar um sistema educacional digital e adaptativo





Educação para transformar

PAÍS PODE PERDER A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL SE NÃO PRIORIZAR EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A educação é a base para o desenvolvimento de qualquer país. A competitividade da indústria e de todos os outros setores da economia passa, fundamentalmente, pela formação de pessoas. Assim, um sistema educacional que ofereça oportunidades a todos e que esteja sintonizado com os avanços sociais, científicos e tecnológicos é a chave para o aumento da produtividade e a retomada do crescimento.

Entretanto, implementar um sistema como esse leva tempo e requer investimento, inovação e, principalmente, comprometimento e colaboração da sociedade e dos governos nas esferas federal, estadual e municipal. É a fórmula seguida pelos países que melhoraram a qualidade da educação, executando políticas públicas consistentes e com continuidade.

No documento *Educação: preparando os jovens para o mundo do trabalho*, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta aos candidatos à Presidência propostas com base em cinco eixos: consolidação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); incorporação de novas tecnologias ao ensino, com promoção da inovação; valorização da formação dos professores e da carreira docente; melhora da educação profissional e da aprendizagem; e ampliação da educação de jovens e adultos.

No Brasil, mais de 30% dos trabalhadores não possuem a educação básica completa. É necessário garantir que eles finalizem o ensino médio e sejam integrados no mercado com cursos profissionalizantes que os preparem para uma economia globalizada e de alta complexidade.

“Inovações como a educação híbrida, materiais didáticos digitais e plataformas de ensino adaptativo apoiam a formação de excelência e serão chave para garantir o futuro do Brasil”, pontua o gerente-executivo de Educação do Serviço Social da Indústria (SESI), Wisley Pereira.

Um dos principais problemas da educação nacional é a falta de equidade, demonstrada pelos resultados da última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2018. Dos 79 países participantes do Pisa, o Brasil ficou em 57º lugar no ranking em leitura, 70º em matemática e em 66º em ciências.

Países que também contam com uma alta taxa de estudantes em camadas desfavorecidas, como o Vietnã, tiveram

resultados positivos no exame e demonstram que a vulnerabilidade econômica e social não determina, por si só, a qualidade do aprendizado. Os estudantes vietnamitas, por exemplo, alcançaram desempenho superior à média da OCDE nas três disciplinas avaliadas.

Por isso, diz o estudo da CNI, é fundamental que avaliações como o Pisa não sirvam apenas como ferramenta para ranquear países, mas possam, por meio de análises aprofundadas, servir também como bússola que indique caminhos a seguir.

ATRASO DIGITAL

Uma das direções promissoras é a digitalização. Cerca de 83% dos lares brasileiros têm, atualmente, acesso à internet, mas, entre as classes D e E, o percentual cai para 64%. Assim como no passado a alfabetização foi vista como indispensável, conhecer o mundo digital é essencial para a inserção na sociedade contemporânea.

Em seminário sobre o bicentenário da Independência do Brasil, realizado no início de junho, o diretor de Educação e Tecnologia da CNI e diretor-superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI), Rafael Lucchesi, afirmou que o Brasil corre o risco de perder a quarta revolução industrial porque ainda não entendeu que educação, ciência e tecnologia precisam estar no centro das discussões do país.

No evento, ele citou que o SESI tem um sistema estruturado de ensino proprietário, digital e adaptativo, que pode ajudar na revolução educacional do Brasil com um padrão de tecnologias educacionais.

“O SESI realiza o maior torneio de robótica do Brasil. E não é a robótica pela robótica. É educação do século 21, é educação com resolução de problemas, é educação com capacidade de lidar com inovação, porque o ciclo tecnológico está cada vez mais curto”, destacou Lucchesi, que também é diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).



► A educação tem que estar orientada para a solução de problemas e a inovação, pois o ciclo tecnológico está cada vez mais curto, diz Rafael Lucchesi (CNI)

Números importantes sobre a educação no Brasil



55% dos estudantes concluem o 3º ano do ensino fundamental com nível insuficiente de aprendizado em matemática e leitura



39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não contam com nenhum tipo de computador em casa



Apesar de 83% dos lares brasileiros terem acesso à internet, **esse percentual cai para 64% nas classes D e E**



Apenas 5% da população brasileira sem educação básica está matriculada na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Fontes: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) - Brasil, 2016 / TIC Educação 2019 - CETIC 2019 / TIC Domicílios 2020 (CETIC, 2020).



PAUTAS PRIORITÁRIAS

Uma das pautas mais urgentes para a educação brasileira propostas pela indústria é a consolidação do Novo Ensino Médio no Brasil, que vai além da implementação de um novo currículo.

“Precisamos adotar políticas públicas que acompanhem e apoiem os estados na construção e oferta dos novos itinerários formativos, assim como na atualização das práticas pedagógicas necessárias para a reforma dessa etapa”, defende Wisley Pereira.

Segundo o estudo, a formação docente focada na aprendizagem em sala de aula e no desenvolvimento de competências dos estudantes também é essencial para elevar

o patamar da qualidade da educação brasileira. Também é preciso reformular e expandir as vagas em Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista que apenas 5% da população brasileira sem educação básica está matriculada na EJA.

A necessidade de investimentos em educação é evidenciada pela projeção de que, até 2025, a indústria brasileira criará 497 mil novos postos de trabalho, e quase 10 milhões de profissionais do setor precisarão se requalificar para ocupar vagas em atividades mais complexas e sofisticadas. Os números são do *Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025*, lançado em maio pelo recém-criado Observatório Nacional da Indústria. ■

A dura disputa no mercado global

BRASIL PRECISA AVANÇAR EM PROGRAMAS DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO PARA NÃO FICAR PARA TRÁS

“A indústria brasileira vem perdendo espaço no comércio internacional, e isso tem impacto negativo e preocupante para o país como um todo”, alerta a gerente de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri. Levantamento realizado pela entidade aponta que, entre 2019 e 2020, o Brasil perdeu R\$ 6,9 bilhões e deixou de criar 107 mil trabalhos formais devido à redução dos principais programas de concessão de crédito às exportações.

Embora a agenda do comércio internacional tenha demandas em quatro grandes grupos estruturais (financiamento, tributação, facilitação do comércio e logística), a representante da CNI explica que, no momento, deve-se dar mais atenção à retomada e ao

fortalecimento dos programas de concessão de crédito. “Essas iniciativas deixaram de existir como políticas públicas e vêm perdendo relevância, até chegar ao ponto em que ficaram quase paralisadas. A situação é muito crítica”, lamenta ela.

Único programa de financiamento que inclui grandes empresas, o BNDES Exim – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – é um exemplo do que vem ocorrendo. Entre 2010 e 2018, a média de desembolso anual pelo projeto foi de R\$ 10,7 milhões. Em 2019 e 2020, o valor caiu para R\$ 3,88 milhões. Dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) indicam que, no mundo, entre 80% e 90% das exportações contam com o apoio de iniciativas





de crédito oficial. Para a CNI, essa realidade mostra o quanto o Brasil está na contramão das principais economias e das recomendações internacionais.

O fortalecimento do comércio exterior também impacta a qualidade dos produtos produzidos e consumidos no mercado interno, como explica Renato da Fonseca, superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI. “Quando uma empresa começa a exportar para outro país, ela passa a conhecer novos concorrentes, novos produtos e conhece melhor o seu próprio setor, estimulando a inovação. Esse é o grande papel da exportação”, explica.

Uma das formas mais eficientes de um país ganhar mercado é por meio de acordos comerciais com outras nações ou blocos econômicos, como o que o Brasil negocia há algum tempo com a União Europeia. “Trata-se de um acordo importantíssimo, que precisa ser finalizado. Nosso foco deve ser os mercados onde temos mais condições de impulsionar a exportação da indústria de transformação”, avalia Fonseca.

Dados levantados pela CNI apontam que os acordos de livre-comércio e os preferenciais de comércio dos quais o Brasil participa somam cerca de 8% das importações de bens mundiais. O número é 3,6 vezes menor do que a média de participação dos membros do G-20 (29%). A parte que cabe ao Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação, por sua vez, é de apenas 0,83%. ■



▲ Indústria de transformação brasileira sofre com escassez de linhas de financiamento, o que dificulta o acesso aos mercados internacionais

◀ Acordo com a União Europeia é "importantíssimo" e precisa ser finalizado, diz Renato da Fonseca (CNI)

Por um futuro sustentável

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E
CRESCIMENTO ECONÔMICO VIRÃO
COM ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Em 2021, o Brasil ocupou o 14º lugar no ranking de países com maior capacidade de geração de energia solar do mundo. Além disso, é a segunda maior nação da América Latina em emissões de dívidas verdes, atrás apenas do Chile. Mesmo com cerca de 62% do território nacional coberto por vegetação nativa, matriz de energia elétrica com 85% de fontes renováveis e a maior disponibilidade hídrica do mundo (12% das reservas existentes), o país está aquém de seu potencial de liderar a agenda ambiental do planeta.

Segundo estudos divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), esta década será decisiva para responder, de modo adequado, aos desafios impostos pelo aquecimento global. Os países, por meio das empresas e da sociedade, devem adotar ações urgentes – e consistentes – para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa.



▼
Brasil está entre os países com maior capacidade de geração de energia solar do mundo, mas ainda caminha a reboque de outras nações na agenda ambiental



Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a consolidação de uma economia de baixo carbono que seja dinâmica e próspera deve se basear em quatro pilares: transição energética, precificação de carbono, economia circular e conservação das florestas. Essas propostas estão no estudo *A Economia de Baixo Carbono: para um Futuro Sustentável*.

De acordo com o gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, é essencial acelerar o ritmo dos aprimoramentos regulatórios e estruturais para fortalecer a indústria nacional e, claro, atrair investidores. “A gente tem vários desafios a serem enfrentados, como a questão do Custo Brasil e da segurança jurídica, que são determinantes para que o investidor atue no país com foco nas agendas internacionais, como a produção de energia eólica *offshore*, de hidrogênio verde e de hidrogênio azul”, afirma.

Entre as recomendações da indústria estão: a consolidação do mercado de carbono

regulado, no modelo de Sistema de Comércio de Emissões (SCE); o fortalecimento da política nacional de biocombustíveis; a promoção de incentivos adequados para tornar o consumo energético mais eficiente; a implementação de parques para geração de energia eólica em alto-mar (*offshore*); e a regulamentação do mercado de hidrogênio. O objetivo é impulsionar a economia de baixo carbono e, assim, atingir as metas do Acordo de Paris.

Outro pilar importante é o da economia circular. Pesquisa realizada em 2019 pela CNI revelou que 77% das empresas desenvolvem alguma iniciativa sobre o tema. Esse é um dos principais caminhos para a consolidação de uma economia de baixo carbono. No entanto, na contramão do que vem sendo feito em diversos países, o Brasil ainda não estruturou estratégias nacionais nesse sentido. O setor industrial acredita que é preciso incluir requisitos de sustentabilidade no processo de compras públicas, instituir uma política nacional de gestão estratégica dos recursos naturais, pavimentar a transição para a economia circular e implementar medidas que favoreçam o sistema de logística reversa de resíduos.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

No estudo *Licenciamento ambiental: desenvolvimento com conservação*, a indústria defende que as regras do licenciamento, em vigor há 40 anos, sejam modernizadas para torná-lo mais ágil, previsível e eficiente, conciliando a proteção ao meio ambiente com o estímulo à atividade produtiva.

Sem regulamentação mesmo após quatro décadas, o licenciamento ambiental no Brasil impõe barreiras que vão além da burocracia e dos gastos elevados devido à imprevisibilidade e à falta de clareza sobre as exigências a serem cumpridas pelo setor privado. As etapas do licenciamento são



► “Existem cerca de 27 mil normas de licenciamento ambiental no Brasil”, diz Davi Bomtempo (CNI)



extremamente lentas, como o que ocorre em empreendimentos hidrelétricos: o tempo médio que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) leva para conceder uma licença é de 34 meses. Nos estados, a média para obter licença ambiental é um pouco menor, de 28 meses, mas pode chegar a 7 anos.

Tudo isso esgota a capacidade do setor empresarial de suportar os prazos e os encargos deles decorrentes. Outro problema é a falta de um modelo simplificado de licenciamento que beneficie micro e pequenos

empreendimentos, pois de todos são exigidas três licenças (prévia, de instalação e de operação, sendo esta última dependente de renovações periódicas).

“Existem cerca de 27 mil normas de licenciamento ambiental no Brasil. Por isso é preciso promover uma integração cada vez maior entre as mais variadas políticas ambientais, como já ocorre em todos os países do G7, que contam com um procedimento simplificado. Assim, eles só gastam energia e recursos públicos em licenciamentos mais complexos”, destaca Davi Bomtempo. ■

Relações modernas

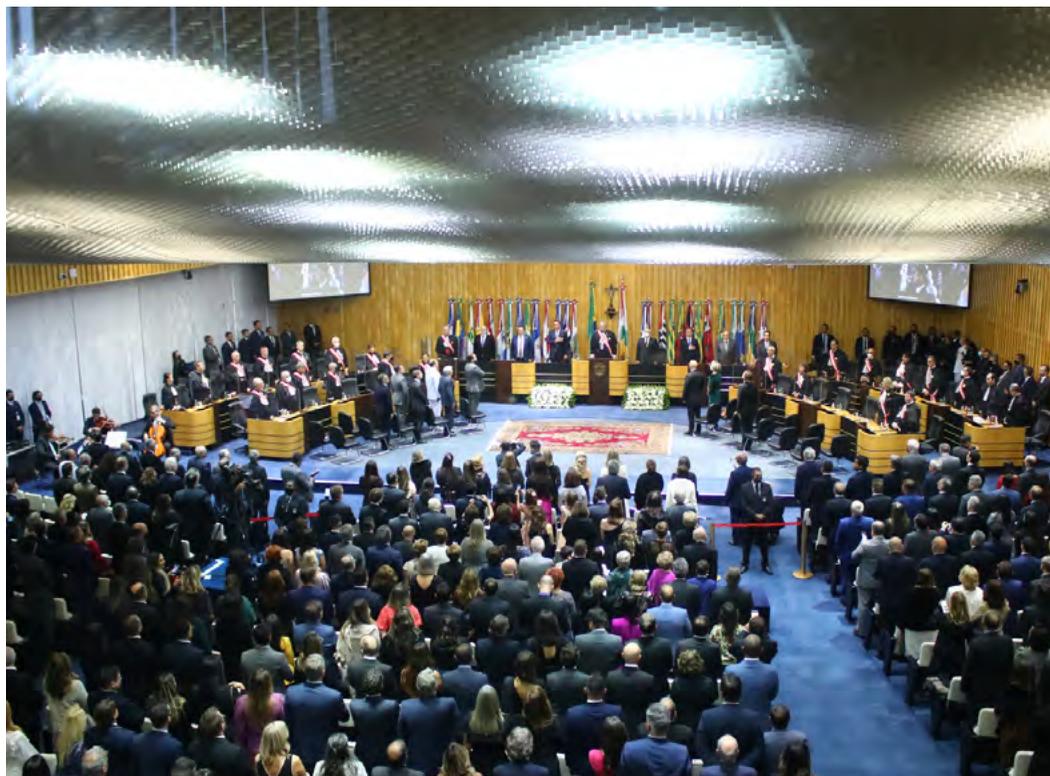
SEGURANÇA JURÍDICA NA ESFERA TRABALHISTA CRESCEU NOS ÚLTIMOS ANOS, MAS LEGISLAÇÃO AINDA PRECISA EVOLUIR

O mês de junho começou com uma boa notícia para a segurança jurídica das relações trabalhistas: o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da constitucionalidade dos acordos coletivos, desde que respeitadas as garantias constitucionais. A decisão foi mais um passo importante para a modernização das relações do trabalho, em uma trajetória iniciada em 2017 com a reforma trabalhista e a lei da terceirização.

Os resultados já são visíveis: nos últimos cinco anos, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) constatou uma redução de 46% nas

ações trabalhistas. Ainda assim, o Brasil tem muito o que avançar nessa pauta, como explica a gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena.

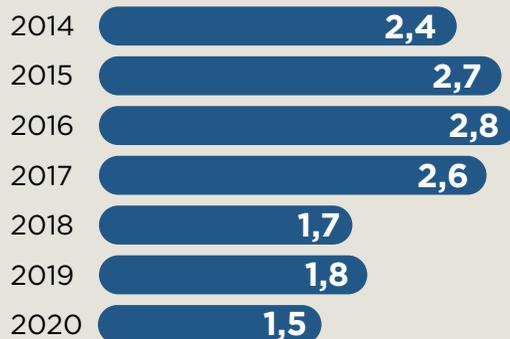
“É preciso continuar modernizando. Precisamos, por exemplo, de regras que contemplem as novas formas de trabalho, de fomento a soluções extrajudiciais de conflitos e de vedação a que se apliquem penalidades cumulativas por diferentes órgãos pelo mesmo fato gerador”, explica Sylvia.



► Segurança jurídica nas relações trabalhistas ainda é desafio para o Brasil

Reformas ajudaram a reduzir ações judiciais:

Evolução de novos casos nas Varas do Trabalho (2014 - 2020, em milhões)



Fonte: Elaborado pela CNI com base nos dados dos Relatórios Gerais da Justiça do Trabalho de 2015, 2017 e 2020 e em dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística do TST.

INTERPRETAÇÃO

Juiz do trabalho e professor universitário, Otavio Calvet aponta a forma como o Poder Judiciário interpreta e aplica as leis como o principal fator de insegurança jurídica. “O sistema brasileiro gera uma insegurança muito grande porque cada juiz avalia de um jeito. Até a jurisprudência se formar de forma vinculante, a gente perde anos de debates e decisões conflitantes, ou seja, temos um sistema que, por si só, gera insegurança jurídica”, critica ele.

A solução, segundo Calvet, passa por uma revisão do controle difuso de constitucionalidade, em que cada juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei. “A partir do momento em que há questionamento da constitucionalidade, o juiz deveria

enviar o processo para avaliação do tribunal, tornando aquela decisão vinculante para todos os magistrados submetidos àquela esfera judicial e acabando com decisões distintas para casos semelhantes”, propõe.

Outro problema é a transformação em política de governo do que deveria ser política de Estado, como ressalta Rafael Lara Martins, presidente da seção de Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil. “Temos visto entre os pré-candidatos posições muito antagônicas em relação à reforma trabalhista, inclusive sugerindo revogá-la. Revogar uma lei que está em vigor há apenas cinco anos seria um problema muito grande para a estabilidade e a segurança jurídica. O papel do próximo governo é incentivar, cada vez mais, entendimentos uniformizados para a aplicação do direito trabalhista”, defende ele. ■

▼ Edição Especial

▼
Em um ano, Brasil registra aumento expressivo na oferta de empregos, mas a taxa de desocupação segue na casa dos dois dígitos e mantém 12 milhões de pessoas desempregadas



Mais emprego para mais gente

CNI PROPÕE REQUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES
E PEDE ATENÇÃO AOS MAIS JOVENS

Apesar da melhora recente no índice de desemprego, o Brasil ainda convive com uma taxa de desocupação na casa dos dois dígitos: uma das maiores entre os países do G20. Pensando nisso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) preparou o documento *Políticas de emprego: reunir trabalhadores e empresas*, com propostas concretas para mudar esse quadro.

Entre as principais recomendações estão a reformulação do Sistema de Intermediação de Mão de Obras (Sine) e a requalificação de trabalhadores desempregados, a fim de que eles voltem a ter oportunidades. Será preciso, segundo a CNI, fazer com que o sistema público de intermediação de mão de obra esteja mais articulado com políticas de apoio à renda, com estratégias de combate ao desemprego e com dados compartilhados com outras instituições e agências voltadas à inserção dos trabalhadores no mercado.

“Toda essa política [de emprego] deve estar articulada com programas estruturados de requalificação de trabalhadores. É preciso, ainda, avançar em programas de formação especificamente dirigidos a jovens que não ingressaram no mercado de trabalho, inclusive àqueles que já saíram do ensino médio, os chamados ‘nem/nem’”, diz o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan.

A emergência da situação é expressa em números. Em 2021, o país chegou ao

patamar de 14,7% de desocupação, enquanto os últimos resultados de 2022 mostram que a taxa caiu para 10,5%, mas que ainda há cerca de 12 milhões de desempregados. Entre 89 milhões de pessoas que estão empregadas, há 7,7 milhões subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas. Além disso, há um grupo de 5,4 milhões de pessoas disponíveis para o trabalho, mas que não procuram vagas por acreditar que não têm chances de encontrar uma em que sejam aceitas ou por não terem interesse nas vagas disponíveis.

Para o economista-chefe da Genial Investimentos, José Márcio Camargo, medidas estruturais como as apresentadas pela CNI melhoram a produtividade das empresas. “Trabalhadores mais bem formados produzem mais. Com isso, aumenta-se o consumo e temos ciclos de crescimento econômico que trazem, como consequência, a criação de novos postos de trabalho”, explica.

Ele destaca, ainda, os efeitos da reforma trabalhista e a criação do novo ensino médio como ações positivas para o mercado de trabalho. “A diminuição das ações trabalhistas deixou as empresas com mais recursos para investir e contratar”, comemora. Já o novo ensino médio, segundo Camargo, lança esperanças para o futuro, graças ao perfil voltado, em alguns casos, para o ensino profissional. ■

Saúde precisa de gestão e novas tecnologias

ATENÇÃO PRIMÁRIA EFETIVA, USO EFICIENTE DE DADOS DO PACIENTE E TELESSAÚDE INTEGRADA MELHORAM O ATENDIMENTO

Aperfeiçoar um sistema sufocado, com demanda alta e atendimento aquém do desejado. Essa é a principal recomendação do estudo *Saúde: agenda pós-pandemia*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para ser entregue aos presidentes. O documento defende o fortalecimento da estratégia de Atenção Primária à Saúde (APS), a implementação da telessaúde integrada e a disponibilização de dados para uma gestão mais efetiva.

As três propostas estão interconectadas e funcionam quase como uma linha do tempo. A eclosão da pandemia da Covid-19, trágica para milhares de famílias brasileiras, mostrou a necessidade de uma atenção mais direta ao paciente em toda a etapa de atendimento, desde o monitoramento anterior,

passando pela consulta com o profissional de saúde até o acompanhamento posterior, para checar a evolução dos sintomas.

Essa visão mais sistêmica está contemplada na proposta da CNI. O foco na APS funciona como um mecanismo de prevenção às doenças, cuja primeira fase – de coleta de dados – já se reveste de uma importância muito grande. Detectado o problema, a possibilidade de atendimento pelo sistema de telessaúde, evitando que o paciente tenha de se dirigir até os pontos de atendimento, diminui custos e tempo perdido com deslocamento. Por fim, um trabalho de integração e acompanhamento posterior, amparado em dados coletados nas etapas anteriores, prolonga a atenção ao doente após a consulta.

As propostas têm como objetivo aumentar a eficiência dos sistemas público e privado de saúde, com a obtenção de melhores resultados a um custo mais acessível para indivíduos, empresas e governos. Trata-se de uma agenda prioritária não apenas pelas consequências da Covid-19, mas também por causa do rápido envelhecimento populacional, da maior incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e do aumento nos custos para as empresas, com eventuais tratamentos de pacientes ou ausências ao trabalho devido a doenças.

“No Brasil, os sistemas de saúde têm enfrentado enormes desafios. E as soluções requerem abordagem multiprofissional, que envolva o SUS e a saúde suplementar na assistência integral de pacientes, com coordenação entre os níveis de atenção e foco em medidas preventivas”, resume Katyana Aragão, gerente-executiva de Saúde e Segurança na Indústria do Serviço Social da Indústria (SESI). ■



► “As soluções requerem abordagem multiprofissional, que envolva o SUS e a saúde suplementar”, defende Katyana Aragão (SESI)



A pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios para o sistema de saúde brasileiro e mostrou como a atenção primária pode prevenir doenças



O Estado brasileiro e as reformas

POR MICHEL TEMER

▲
Ex-presidente
da República

A atualização do sistema normativo é indispensável e fundamental para a adaptação a tempos novos, já que a sociedade vive em permanente mutação. Daí a necessidade de reformas dos mais variados temas de tempos em tempos. “Re-formar” é formar de novo. E o novo depende das modificações sociais. É teoria do Professor Miguel Reale, aquela alusiva à tríade fato, valor e norma, ou seja, determinados fatos vão sendo tão fortemente valorizados que, em dado momento, se transformam em normas.

Não é outra a realidade das modificações legislativas que, muitas vezes, são feitas por meio de reformas constitucionais. Não foi sem razão que efetivamos várias delas durante o nosso governo. Falando a empresários no Brasil e no exterior, a queixa que mais ouvia era referente às questões trabalhistas e à burocracia tributária. Logo percebi que era preciso uma reformatação trabalhista capaz de reduzir a litigiosidade entre empregado e empregador. São elas as grandes forças produtivas do país que, por isso mesmo, devem viver em harmonia.

Foi o que fizemos quando admitimos o negociado sobre o legislado, anotando que não tiramos nenhum direito do trabalhador, já que a reforma foi realizada por lei ordinária e aqueles direitos estão no artigo 7º da Constituição Federal. Ao contrário: conferimos direitos. Se havia incerteza quanto à

sua proteção legislativa nos casos do trabalho temporário e do remoto, a reforma tirou qualquer dúvida. Isso foi imposição dos novos tempos, e ajudou a reduzir os conflitos trabalhistas.

De igual maneira, instituímos o teto para os gastos públicos, ao fundamento de que o país não pode gastar mais do que arrecada. Essa fórmula gerou a diminuição da dívida pública, o que é útil para o país, já que reduz os juros pagos em razão dela. Tampouco poderíamos esquecer a modernização do ensino médio que, empreendida, adaptou a educação às realidades atuais. A previdência social foi reformada a partir de proposta da nossa gestão que, logo no início do novo governo, foi aprovada. Veja-se como as reformas são indispensáveis para a economia. Medidas como as descritas é que permitiram a redução da taxa Selic de 14,25% para 6,5%. De igual maneira, a inflação de quase dois dígitos caiu para 3,75%.

Tudo isso indica que o movimento reformista não pode ser paralisado. Deve prosseguir. E as indispensáveis, agora, são a simplificação tributária e a reforma administrativa, além de outras que as realidades de cada instante determinarem. É o que devemos esperar do atual e do próximo mandato.

Não esqueçamos nunca que, para tanto, impõem-se harmonia, paz e diálogo entre as instituições e com a sociedade. Pacificação do país é dever e tarefa de todos. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanese.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/TEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Paulo de Tarso Lyra.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

João Pedro Rodrigues

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



É NO PRESENTE QUE A CNI CONSTRÓI O FUTURO DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO.

O mundo muda a todo instante, numa velocidade cada vez maior. Novas tecnologias, novos profissionais e um mercado global ainda mais competitivo exigem indústrias mais ágeis e inovadoras todos os dias. Estar preparado é imprescindível. Esse é o papel fundamental da CNI. Ajudar as indústrias brasileiras a acompanharem esse novo momento contribui para que o futuro da indústria também passe por aqui. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**A CNI está construindo hoje
o futuro da indústria.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Saiba mais em www.cni.com.br

[f/cnibrasil](https://www.facebook.com/cnibrasil) [t/cni_br](https://twitter.com/cni_br) [i/cniabr](https://www.instagram.com/cniabr) [y/cniweb](https://www.youtube.com/c/cniweb) [in/cni-brasil](https://www.linkedin.com/company/cni-brasil)